

Hobbes: uma tensão entre a mecânica e a linguagem

Hobbes: a tension between mechanics and language

Mariana Dias Pinheiro Santos¹

Resumo: Em Hobbes, a natureza é colocada em uma perspectiva mecanicista, e o homem, antes de ser apresentado na vida política, é apresentado em sua condição natural para ser entendido; a física dos movimentos ganha força como um modo de entender a natureza e, por conseguinte, a natureza humana. A linguagem registrando os eventos ocorridos na natureza e sendo condição de possibilidade para a ciência, parece relacionar-se com a força que a física dos movimentos ganha na obra do filósofo de Malmesbury. O objetivo deste artigo, em vista disso, será apresentar que, em última instância, todo o sistema hobbesiano pode ser fundamentado na linguagem, e apresentar, ainda, que essa leitura pode acarretar algumas tensões na obra do autor quando entendemos a relação da *prudência* com as palavras, e a relação do mundo dos falantes com a natureza.

Palavras-chave: Hobbes; linguagem; mecânica; causalidade; universo dos falantes.

Abstract: Hobbes proposes a mechanistic account of nature, so that, before man is presented as immersed in the political life, he is presented in his natural condition. The physics of motions is emphasized as a means to understand nature, and, therefore, human nature. Language, by registering events that come to pass in nature, and being a condition of possibility for science, seems to be related to the strength the philosopher attributes to the physics of motions. This paper, then, aims to defend that the whole of the Hobbesian system may be said to have its foundation in language, as well as to state that this reading may point out some tensions in the author's work, specially when we highlight the relation between *prudence* and words, and the relation between the world of speakers and nature.

Keywords: Hobbes; language; mechanics; causality; universe of speakers.

A mecânica e a linguagem na filosofia de Hobbes parecem disputar o espaço quando o quesito é o de importância. O autor de Malmesbury se propõe a evidenciar que a computação, ou a lógica, quando bem estabelecida e usada, fornece elementos suficientes para indicar os movimentos que ocorrem na natureza e permite, além disso, que tenhamos o conhecimento pelas causas e pelos efeitos. Nesse sentido, não é difícil perceber quão importante é a razão no sistema hobbesiano. George Lawson,

¹ Graduada em filosofia na UFS. Dedicou-se à pesquisa sobre a relação da linguagem e da mecânica na filosofia de Hobbes e interessa-se pela filosofia das luzes da Grã-Bretanha. Co-fundadora e vice-presidente da liga acadêmica "Círculo de São Cristóvão", membro do grupo de pesquisa de Ética e Filosofia Política da UFS, organizadora e coautora do livro 'Entre o Mito e a Política'.

contemporâneo do autor de Malmesbury, não deixa de afirmar que o *Leviatã* era considerada “uma obra racional”, seja por cavalheiros ou jovens universitários². E, mais tarde, um estudo anônimo intitulado *Dr. Sherlock's Two Kings of Brainford*, afirmava que Hobbes era um filósofo “baseado em puros princípios da razão”³. Diante disso, não podemos perder de vista que a razão além de ser um ponto de fundamental importância na filosofia desse autor, é adquirida apenas depois da aquisição da linguagem.

A gênese da obra hobbesiana apresenta a natureza em uma perspectiva mecanicista antes de fornecer os aspectos fundamentais da linguagem. O homem, antes de ser apresentado na vida política, é exposto em sua condição natural para ser entendido, seus movimentos são comparados às molas de um relógio. A linguagem, por outro lado, registra os eventos ocorridos na natureza e é condição de possibilidade para a ciência. O objetivo deste texto, em vista disso, será apresentar que, em última instância, todo o sistema hobbesiano pode ser fundamentado na linguagem, e expor, ainda, que essa leitura pode acarretar certa tensão na obra do autor. Para isso, em um primeiro momento, iremos seguir a gênese que o autor de Malmesbury supostamente oferece; em segundo lugar, avaliar-se-á a linguagem proposta pelo filósofo; em terceiro lugar, pretende-se delinear certas tensões que a mecânica e a linguagem oferecem no sistema de Hobbes.

Limongi⁴ afirma que a descrição feita por Hobbes da natureza humana ressalta-a tal como ela é: a partir de um diagnóstico negativo que apenas a partir de um poder coercitivo pode tender a paz. A partir disso, se estabelecem dois pontos de partida, a saber, a mecânica física, e a noção de causalidade que permeiam a obra deste autor, e, posteriormente, retornaremos a afirmação de Limongi. No capítulo II do *Leviatã*, *Da Imaginação*, Hobbes nos diz que:

...quando uma coisa está imóvel, permanecerá imóvel para sempre, a menos que algo a agite. Mas não é tão fácil aceitar esta outra, que, quando uma coisa está em movimento, permanecerá eternamente em movimento, a menos que

² MONTEIRO, J. P. *A ideologia do Leviatã hobbesiano*.

³ *Ibidem*, p. 7.

⁴ LIMONGI, M. I. *Hobbes*.

algo a pare, muito embora a razão seja a mesma, a saber, que nada pode mudar por si só⁵.

A partir dessa noção, o autor pretende sustentar que tudo o que ocorre na natureza, e no homem é em função da sucessão de eventos que juntos são caracterizados como *movimento*. Não à toa, logo na introdução do *Leviatã*, trata o homem como uma máquina comparável a um relógio, entendendo a vida como o movimento de membros tal como molas que movem a si mesmas.

Em vista disso, todas as qualidades que o homem é capaz de encontrar pelo sentir são, também, obra dos movimentos; tudo que o humano é capaz de perceber é causado por um objeto exterior que pressiona um órgão do corpo; a luminosidade, pressionando os olhos, efetiva a visão; o ouvido sendo pressionado, efetiva o som. Ou seja, um evento que sempre segue o outro é entendido como causal, um objeto exterior que pressiona, põe em movimento algum órgão receptor, causa uma percepção no homem. Hobbes ainda divide os movimentos interiores em dois tipos: os vitais (respiração, circulação...) e os voluntários (movimentar-se da maneira pela qual a mente imaginou anteriormente). A imaginação é a causa de todos os movimentos voluntários que ocorrem primeiro no interior do homem, e:

Estes pequenos inícios do movimento, no interior do corpo do homem, antes de se manifestarem no andar, na fala, na luta e outras ações visíveis, chamam-se geralmente esforço.

Este esforço, quando vai em direção de algo que o causa, chama-se apetite ou desejo, sendo o segundo o nome mais geral, e o primeiro frequentemente limitado a significar o desejo de alimento, nomeadamente a fome e a sede. Quando o esforço vai no sentido de evitar alguma coisa chama-se geralmente aversão⁶.

Há, ainda, além do apetite e da aversão, o desprezo, que “consiste na imobilidade do coração”, e só ocorre “quando o coração já se encontra sob a ação de objetos mais potentes”⁷. Hobbes ressalta, pouco depois de definir os esforços, que apetite e aversão são palavras que, do latim, significam movimento; o primeiro de aproximação e o segundo de afastamento, o que ressalta a mecânica de seu sistema. É

⁵ HOBBS, T. *Leviatã*, p. 31.

⁶ *Ibidem*, p. 57.

⁷ FRATESCHI, Y. *Filosofia da Natureza e Filosofia Moral em Hobbes*, p. 28.

possível ver como todas as “paixões”⁸ ramificam-se a partir das noções de aversão, desprezo e apetite na imagem ao fim do artigo.

Dito isso, parece ser interessante entender a importância da liberdade, evidenciada no primeiro momento do capítulo XXI do *Leviatã*, à qual nos prenderemos aqui, pois relaciona-se com a forma pela qual a mecânica é apresentada por Hobbes. “Liberdade” para o autor do *Leviatã* “significa, em sentido próprio, a ausência de oposição (entendendo por oposição os impedimentos externos do movimento); e não se aplica menos às criaturas irracionais e inanimadas do que às racionais”⁹. Dito de outra forma, a liberdade é a capacidade que os movimentos têm de engendrar-se sem nenhuma oposição que seja externa a eles, seja o movimento de uma “paixão” ou de um corpo. A liberdade, então, vista dessa forma, é condição de possibilidade para que os movimentos, as pressões e as “paixões”, que ocorrem na natureza ou homem, aconteçam. É, ainda, importante não perder de vista que no caso da deliberação, os homens quando impõem uma intervenção para determinada “paixão” evita que o movimento (do apetite ou da aversão) corra livremente; dito de outra forma, consiste em “pôr fim à liberdade que antes tínhamos de praticar ou evitar a ação, conformemente a nosso apetite ou aversão”¹⁰.

Ressalta-se que todos os homens, para Hobbes, são iguais; movem-se principalmente, em direção a um bem para si mesmos, buscam a conservação e fogem do que podem causar-lhes dano, como por exemplo a morte violenta. Mesmo que os homens não sejam iguais em força, podem tramar contra seu inimigo e matá-lo enquanto dorme, por exemplo. Ao fim a natureza é equivalente em todos os humanos. Coisa que uma simples observação dos capítulos XIII e XV do *Leviatã* podem evidenciar. Nestes, Hobbes mostra que há equidade entre os homens, e mesmo que conceda-se que não sejam idênticos em sua composição natural, as leis naturais da razão devem incliná-los para as *virtudes morais*: a justiça, a gratidão, equidade e modéstia; essas virtudes não podem incitar outra coisa que não seja a inclinação para a igualdade.

⁸ Optamos por sempre manter a palavra “paixão” entre parênteses em função dessa nomenclatura ser considerada vulgar por Hobbes, coisa que o título do capítulo VI do *Leviatã* evidencia: Da origem interna dos movimentos voluntários vulgarmente chamados paixões: e da linguagem que os exprime.

⁹ HOBBS, T. *Leviatã*, p. 171.

¹⁰ *Idem*, p 63.

O diagnóstico negativo ressaltado por Limongi¹¹, no começo deste texto, começa a tomar forma: se o homem tende sempre para o melhor para si mesmo, e todos são iguais no que diz respeito ao poder movimentar-se em direção a algo que desejam para sua felicidade, é necessário um poder coercitivo para domar este instinto natural do homem que está sempre em busca do melhor para si mesmo. O pacto, o contrato, de todos os homens com uma instância coercitiva poderosa é o limite imposto diante da natureza humana que está sempre em busca do prazer. E quanto a isto o que foi dito basta, visto que tecer comentários acerca da relação do homem hobbesiano com o estado nos desviaria de nosso objetivo.

Para o autor de Malmesbury, os movimentos causados pelos esforços em um momento antes do Estado instituído não podem ter nenhum valor moral, já que a moralidade seria apenas o ato de seguir as leis (o que pode ser feito com uma garantia poderosa). O homem, para Hobbes, não é “mau por natureza” como vulgarmente interpretam. A razão disso é uma só, a natureza humana inclina-se apenas ao seguimento de seus movimentos naturais fornecidos pelo seu corpo: o da conservação à própria vida e o da busca pela satisfação de seus apetites.

O humano, então, está constantemente em movimento para a satisfação de um apetite, não há um desejo último, apenas a passagem de um objeto a outro na imaginação¹². Os movimentos internos do homem fazem com que eles se movimentem em busca da satisfação de seus apetites ou em busca de evitar uma aversão, o que transpõe-se facilmente, como se deve imaginar, na relação do humano com os outros de sua espécie. Em função disso, a natureza do homem o faz entrar em discórdia devido ao funcionamento de seus esforços internos¹³, por três razões: competição, desconfiança e glória¹⁴. No primeiro caso os homens competem por algo em comum que seus apetites direcionam; no segundo deve-se à segurança, a busca da conservação, e o terceiro à reputação.

O primeiro pode ser exemplificado da seguinte forma: quando os homens desejam uma mesma fruta para saciar a fome, isso fará deles inimigos que guerrearão até que o apetite de apenas um, o do vencedor, seja saciado. A segunda causa de

¹¹ LIMONGI, M. I. *Hobbes*.

¹² FRATESCHI, Y. *Filosofia da Natureza e Filosofia Moral em Hobbes*.

¹³ LIMONGI, M. I. *Hobbes*.

¹⁴ HOBBS, T. *Leviatã*, p. 108.

discórdia deve-se à segurança, a busca da conservação; isso ocorre quando a natureza humana é impelida a conservar a própria vida, fugindo, por isso, de qualquer coisa que possa afetar a segurança do bem maior que carrega consigo. A terceira causa de guerra também, assim como as outras, ocorre em função dos movimentos internos dos homens, aos “vulgarmente chamados de paixões”. Em função de uma ramificação de um dos apetites da alegria temos a glorificação¹⁵. “A alegria”, nos diz Hobbes, “proveniente da imaginação do próprio poder e capacidade é aquela exultação do espírito a que se chama glorificação”¹⁶; em outras palavras, afirma que o humano tem um poder diferente do que acredita ter, e ele poderá entrar em discórdia para provar que, de fato, tem o que sempre imaginou estar presente em sua composição ou caráter.

A partir da terceira causa de guerra, a glória, Limongi¹⁷ traz uma observação interessante. Ela afirma que Hobbes está fazendo um diagnóstico da sociedade cortesã de sua época, das relações políticas que os homens nutriam entre si; a hierarquia social, a honra e a reputação eram tomadas como valorosos, e, dessa forma, tidos como uma causa de disputa entre os homens. A comentadora afirma, ainda, que Hobbes pretendia indicar que uma sociedade montada desta forma é uma sociedade em estado de guerra iminente.

Ribeiro¹⁸, por sua vez, afirma que a honra não para de atuar nos humanos, isto porque são seres passionais, sua conduta não se rege pela razão, pela moral, ou até mesmo pela fé; sua conduta é regida, em última instância, por suas emoções, pelas ilusões que os dominam. Dessa forma, Ribeiro parece corroborar, em alguma medida, a afirmação de Limongi¹⁹ quando nos diz que a honra não para de atuar nos homens. Se o desejo de ser honrado permanece na sociedade, e é uma das causas de discórdia entre os homens no estado de natureza (e fora dele), Limongi²⁰, então, é precisa ao entender que uma sociedade com tais valores tende a estar iminentemente em guerra. As “paixões” não deixam de inclinar as ações dos homens para a guerra, seja no estado de natureza, seja em um estado constituído; esses movimentos não cessam.

¹⁵ Conferir imagem ao fim do artigo.

¹⁶ HOBBS, T. *Leviatã*, p. 61.

¹⁷ LIMONGI, M. I. *Hobbes*.

¹⁸ RIBEIRO, R. J. *Glória*.

¹⁹ A afirmação de que uma sociedade montada em cima de valores de honra e desonra é uma sociedade em estado de guerra iminente.

²⁰ LIMONGI, M. I. *Hobbes*.

Dito isto, ao partir das noções de movimento e causalidade da física mecânica da obra de Hobbes, é possível perceber como os movimentos internos (esforços) causam os apetites e as aversões dos homens. Os esforços movem os humanos sempre em direção à sua conservação e à satisfação compulsória de seus desejos, o que implica em duas coisas: primeiro, em um momento antes da instituição do Estado, não se pode considerar de forma moral as consequências dos apetites dos homens, mesmo que sejam a causa da guerra de todos contra todos, já que são apenas os movimentos mais naturais que ocorrem dentro de seus corpos. E, segundo, em função dos movimentos internos livres que ocorrem no interior dos corpos humanos, é de sua natureza buscar satisfazer os apetites e evitar as aversões, e, conseqüentemente, entrar em disputa, caso seja necessário, para a busca do melhor para si, já que não há garantia nenhuma que as *virtudes morais* indicadas pelas leis naturais da razão serão respeitadas. As palavras, nos diz Hobbes²¹, são demasiado fracas para fazer com que os homens as sigam sempre, é necessário um poder para garanti-las.

Após as notas supracitadas acerca da mecânica de Hobbes, é possível além de ver a importância que este aspecto tem na obra do autor, observar a forma pela qual os movimentos internos direcionam o homem para os apetites e as aversões. Então nos parece lícito passar a alguns comentários acerca da linguagem desenvolvida pelo nosso filósofo de Malmesbury.

A *prudência* e, por conseguinte, a linguagem, aparentemente participam do mesmo esquema que a mecânica. A observação da natureza e da vida, não são suficientes para dar segurança nas ciências para Hobbes, disso se segue que o autor do *Leviatã* necessita dar um passo a mais para garantir a segurança do conhecimento: esse passo é adquirido no universo da linguagem.

Verificando a estrutura do *Leviatã*, vemos que a cadeia argumentativa de Hobbes têm seu início na *Sensação* (capítulo I), passando para a *Imaginação* (capítulo II), a *Conseqüência ou cadeia de imaginações* (capítulo III), *Linguagem* (capítulo IV), e *Razão e Ciência* (capítulo V). A ordem investigativa que se segue neste recorte

²¹ HOBBS, T. *Leviatã*.

aparentemente segue a mecânica que é registrada pelo homem a partir da observação da natureza. A sensação, como já foi dito, se dá através do movimento, da pressão, de algo externo que causa um sentido; a imaginação é “uma sensação diminuída”, como calcular os movimentos antes de executá-los, esboçar mentalmente como ocorrerão.

Há muitos modos pelos quais a faculdade da imaginação pode funcionar, como em sonho ou memória, aqui, para os fins do texto, nos prenderemos a parcela da imaginação que consiste nos conteúdos que apresentam os fatores determinantes dos movimentos que o homem produz.

Os conteúdos da imaginação e da sensação, quando encadeados (capítulo III), fazem com que os homens tendam a buscar a relação da ordem dos fatos que afetam o espírito. Os conteúdos são buscados sempre em direção ou a causa de algum efeito, ou a produção de um efeito. A natureza do homem o leva a supor “que acontecimentos semelhantes se devem seguir a ações semelhantes”²², a este encadeamento ou *discurso mental*, Hobbes denomina *prudência*. Em outras palavras, a “prospecção do tempo futuro, nada mais que a expectativa das coisas das quais já tivemos experiência”²³. Cabe, aqui, lembrar uma importante distinção na obra hobbesiana, “A diferença fundamental entre o discurso mental e o discurso verbal”, que “reside no fato de que neste último há um cálculo, isto é, uma adição ou subtração sob a matriz das concepções”. A prudência, o discurso mental, por outro lado, “compõe-se de simples sucessão de concepções segundo o critério da comparação e está restrito a certos acidentes das imagens das coisas”²⁴. Ou seja, o discurso verbal permite que os homens calculem as concepções e conseqüências, enquanto o discurso mental é a apenas justaposto, isto é, é restrito à simples observação dos eventos que se seguem.

Este conhecimento meramente empírico, para Hobbes, voltamos a dizer, é muito pouco seguro para conectar dois eventos. O autor de Malmesbury é taxativo com relação ao estatuto da prudência, ele nos diz que “tampouco pode ser considerada filosofia”²⁵; pois assim como a experiência, a prudência não é obtida por meio de

²² *Ibidem*, p. 41.

²³ HOBBS, T. *Elementos de Filosofia - Primeira Seção - Sobre o Corpo. Parte I - Computação ou Lógica*, p. 8.

²⁴ LISBOA, W. B. *Algumas observações acerca do discurso mental e do discurso verbal em Thomas Hobbes*, p. 222.

²⁵ HOBBS, T. *Elementos de Filosofia - Primeira Seção - Sobre o Corpo. Parte I - Computação ou Lógica*, p. 8.

raciocínios. Ela não é nem universal, tampouco necessária; a mera percepção ou tendência de esperar que uma relação anterior se repita não permite que dois fatos sejam conectados pela sua sucessão. O autor do *Leviatã* necessita dar um passo a mais, um passo que encontre algo necessário, universal e que garanta a segurança de uma verdade para o homem. Esse passo é a linguagem (capítulo III), o único meio possível para a ciência, a razão²⁶ e qualquer desenvolvimento da sociabilidade. Isso porque além de as palavras registrarem de forma universal os conteúdos percebidos, elas permitem que a ciência se desenvolva (a partir do bom encadeamento dos conteúdos); além disso, a linguagem tem usos especiais que inclinam o homem a sociabilidade, como Hobbes aponta no capítulo IV, permitindo que os humanos aconselhem-se, ajudem-se e divirtam-se como que em um jogo prazeroso e inocente²⁷. O que pode ser observado explicitamente, por exemplo, quando consultamos o XXV do *Leviatã*, o qual vemos que a possibilidade de aconselhar bem se deve, no geral, se não aos bons cálculos proporcionados pela razão, pelo menos no maior número de experiência que o conselheiro possa dar; buscando sempre o benefício daquele que receberá o conselho²⁸. E a razão, além disso, é:

...obtida com esforço, primeiro através de uma adequada imposição de nomes, e em segundo lugar através de um método bom e ordenado de passar dos elementos, que são nomes, a asserções feitas por conexão de um deles com o outro, e daí para os silogismos, que são as conexões de uma asserção com outra, até chegarmos a um conhecimento de todas as consequências de nomes referentes ao assunto em questão, e é a isto que os homens chamam ciência²⁹.

Ou seja, o uso adequado das palavras, apresenta um meio possível no qual os homens desenvolvem a sociabilidade, a razão e, por conseguinte, a ciência. Vale a pena não perder de vista que “O uso geral da linguagem consiste em passar nosso discurso mental para um discurso verbal, ou a cadeia de nossos pensamentos para uma cadeia de palavras”³⁰. O discurso verbal, para Hobbes, adquire a característica necessária e

²⁶ HOBBS, T. *Leviatã*.

²⁷ A este respeito conferir *O letrado e o guerreiro: ou dois ensaios sobre o âmagô terrível da linguagem* de Ribeiro.

²⁸ Mesmo que objete-se que, para Hobbes, o homem age sempre sem função de si mesmo conforme seus apetites e aversões, a função do conselho, em última instancia, deve ser o bem do que o recebe. Sua “intenção oculta” não é colocada como algo que mudaria a finalidade do conselho.

²⁹ HOBBS, T. *Leviatã*., p. 54.

³⁰ *Ibidem*, p 44.

universal para a segurança do conhecimento pelo fato de registrar um evento do tempo atual e local, transformando-o em uma verdade em todos os tempos e lugares³¹.

A imposição de significados aos conteúdos que são conferidos ou recebidos pela mente reflete a *prudência* em que foram apreendidos. Nos *Elementos da Filosofia*, o autor de Malmesbury deixa claro que “para adquirir a filosofia, alguns mementos sensíveis são necessários, pelos quais nossos pensamentos passados possam ser não apenas reduzidos, mas também registrados individualmente em sua ordem própria”³². É possível registrar o conteúdo obtido pela mente a partir de duas formas: com *marcas* ou com *sinais*³³. O primeiro refere-se as coisas mesmas, ao sensível, quando ligamos no pensamento o passado e o presente para um uso futuro, servem para que os elementos sensíveis sejam recordados³⁴, e consistem no primeiro uso dos nomes (os quais serão a base de todos os cálculos); e o segundo aos conteúdos da imaginação, geralmente usados para dar a entender aos outros a nossa vontade ou o que pensamos, ou, ainda para registrarmos a justaposição experienciada, isto é, “articulação que estabelecemos entre dois acontecimentos que se acompanham, geralmente um seguindo-se ao outro”³⁵. O que nos leva a entender que a justaposição, através da imposição de signos e marcas, torna-se necessariamente causal para o homem. O que pode ser observado em alguma medida quando vemos que “A linguagem” (capítulo IV), como nos diz Hobbes, “serve para a recordação das consequências de causas e efeitos, através da imposição de nomes, e da conexão destes”³⁶, afinal, sem essa recordação, todo nosso conhecimento seria baseado apenas em justaposição, o que não nos permitiria ir além da *prudência*.

³¹ *Ibidem*.

³² HOBBS, T. *Elementos de Filosofia - Primeira Seção - Sobre o Corpo. Parte I - Computação ou Lógica*, p. 15.

³³ No inglês temos, respectivamente, *signifie* e *signes*. Ribeiro, e Monteiro optam por traduzir respectivamente por *marca* e *signo* (ou *sinais*) que é a tradução que decidimos seguir aqui. Além disso, é interessante ressaltar que, para Ribeiro, a ciência é feita a partir da conversão de uma marca para um signo. A partir deste podemos dar a entender aos outros o que fomos capazes de calcular, enquanto a marca teria apenas um uso individual.

³⁴ É interessante observar algumas nuances entre as definições que o autor de Malmesbury nos dá em duas de suas obras: *Elementos da Filosofia* e *Leviatã*. Na primeira, Hobbes afirma que as *marcas*, além de serem úteis para registrar os elementos sensíveis, distingue-se dos *sinais* por servirem para o uso individual do homem. Já no *Leviatã* podemos ver algo levemente distinto, além de servirem para a recordação, servem, também, para registrar a consequência dos pensamentos. Consiste, além disso, da passagem do *discurso mental* para o *discurso verbal*. Quando se trata de *sinais*, no *Leviatã*, podemos ver que seu uso é concebido quando muitos usam a mesma palavra, o que pode nos levar a supor que o autor não alterou a noção das *marcas* de uma obra para a outra.

³⁵ RIBEIRO, R. J. *O letrado e o guerreiro: ou dois ensaios sobre o âmagô terrível da linguagem*, p. 308.

³⁶ HOBBS, T. *Leviatã*, p.45.

Limongi³⁷ nos evoca um exemplo, semelhante ao que Hobbes nos oferece nos *Elementos da Filosofia* para explicar o que é um *sinhal*, como ilustração do uso da linguagem: a palavra “nuvem”. Para registrar essa palavra, ou seja, tornar o conteúdo referente a ela universal no âmbito da causalidade; pode-se denotá-la como “gotículas de água suspensas no ar”. Disso se segue, necessariamente, que o acúmulo dessas gotículas causará a chuva. A conclusão do que é a nuvem não depende mais da observação e do discurso mental inseguro e sujeito ao erro³⁸; com o registro nas palavras, basta partir da marca ou do signo para apreender o mesmo movimento que se acredita que já ocorreu na natureza. Afinal, quando aceitamos o que foi registrado através das palavras, aceitamos, igualmente, o que elas engendram.

Consequentemente, as marcas e os signos, quando bem estabelecidos, ao unirem-se formando frases ou períodos, são condições da natureza humana de calcular com as palavras. Dito de outro modo: de calcular com os registros de justaposição transformados, agora, em causalidade. Para Hobbes, a capacidade de calcular com as palavras é a mesma que os geômetras usam em sua ciência. O uso das palavras consiste, em adicionar ou subtrair as consequências que elas registram, de modo que a realidade causal ou a verdade só pode ser legítima no âmbito da linguagem, que é mundo dado apenas a aqueles que falam; ou seja, num mundo imaginado, pois na natureza só somos capazes de observar a justaposição. As “...palavras *verdadeira, verdade, proposição verdadeira*, são equivalentes entre si, pois a verdade consiste na fala, não nas coisas de que se fala”³⁹, dito de outra forma, “verdade e a falsidade não têm lugar senão entre aquelas criaturas que usam a fala”⁴⁰. Podemos, ainda, ressaltar a seguinte passagem:

Quando dois nomes estão ligados numa consequência, ou afirmação, como por exemplo "O homem é um ser vivo", ou esta outra, "Se ele for um homem, é um ser vivo", se o último nome ser vivo significar tudo o que o primeiro nome homem significa, então a afirmação, ou consequência, é verdadeira; de outro modo é falsa. Pois o verdadeiro e o falso são atributos da linguagem, e não das coisas. E onde não houver linguagem, não há nem verdade nem falsidade. Pode haver erro, como quando esperamos algo que não acontece [*prudência*], ou quando suspeitamos algo que não aconteceu, mas em nenhum destes casos se pode acusar um homem de inveracidade⁴¹.

³⁷ LIMONGI, M. I. *Hobbes*.

³⁸ O erro, além disso, só ocorre quando a nossa prospecção de que algo passado se repita não se concretiza, enquanto o acerto seria a efetivação dessa espera. Erros ou acertos não dizem respeito à verdade como será apresentado mais a diante.

³⁹ HOBBS, T. *Elementos de Filosofia - Primeira Seção - Sobre o Corpo. Parte I - Computação ou Lógica*, p. 30

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ HOBBS, T. *Leviatã*, p. 46.

A linguagem, então, a partir do que foi visto, é o único meio no qual a verdade pode existir, ela está restrita ao universo daqueles que falam. Além disso, a linguagem precisa ter correspondência na mente⁴², e é a única segurança das evidências e ocorrências experienciadas pelos homens, pois, apenas com a *prudência*, à espera de que algo aconteça, a verdade não pode ter fundamento algum. A condição humana impele-nos a busca de causas e de efeitos, e o único âmbito que esse conhecer é seguro é quando calculamos com as palavras, que têm seu princípio nas marcas sensíveis. Pois na geometria, nos diz Hobbes, “os homens começam por estabelecer as significações de suas palavras, e a esse estabelecimento de significações chamam definições, e colocam-nas no início de seu cálculo”, e esse estabelecimento, quando “correta definição de nomes reside o primeiro uso da linguagem, o qual consiste na aquisição de ciência”⁴³. Disso se segue que a possibilidade da ciência (capítulo V), e “evidência científica é de ordem lógico-semântica, isto é, que a razão posta em marcha nas ciências não é outra coisa senão um cálculo acerca da aplicabilidade dos nomes às coisas”⁴⁴.

O autor de Malmesbury não deixa de afirmar que a lógica é a luz da razão, e que esta “assenta no uso correto da linguagem”⁴⁵. O capítulo IV do *Leviatã* e a parte 1 do *Elementos da Filosofia* indicam que, devemos partir das primeiras definições, isto é das marcas, das imposições de nomes, que precisam os momentos sensíveis; para deste ponto, através de um bom método (o lógico) seguir de uma consequência para a outra, do que derivará a ciência. Os cálculos, os silogismos, precisam que cada uma de suas etapas correspondam a algo na mente, aparentemente a razão humana não poderia computar sem ser dessa forma. Hobbes, no *Elementos da Filosofia*, evidencia a forma pela qual a razão humana opera: “a composição de concepções na mente” deve corresponder “à composição de nomes”⁴⁶. E, é de suma importância não perder de vista

⁴² Hobbes, no *Elementos da Filosofia*, comenta acerca de sete erros em função do mau uso da linguagem (ou do silogismo), como é o caso do erro de se computar o nome de um corpo ao nome de um nome, tem sua falsidade no fato de não haver correspondência na mente. Um número infinito é uma proposição falsa por não ter correspondência. O que pode ser visto, por exemplo, quando o autor de Malmesbury mostra o procedimento pelo qual a mente percorre ao raciocinar; em cada etapa é necessário que haja uma correspondência com a proposição imposta.

⁴³ HOBBS, T. *Leviatã*, p. 47.

⁴⁴ LIMONGI, M. I. *A Semântica do Materialismo de Hobbes*, p 113.

⁴⁵ HOBBS, T. *Leviatã*, p. 74.

⁴⁶ HOBBS, T. *Elementos de Filosofia - Primeira Seção - Sobre o Corpo. Parte I - Computação ou Lógica*, p. 22.

que “O fim ou o escopo da filosofia é que possamos fazer uso, para nosso benefício, dos efeitos previamente observados”⁴⁷.

Ao que tudo indica, devemos seguir o método da geometria, mas no lugar de colocar as definições no início de nossos cálculos, devemos partir das marcas, para então nos direcionarmos aos signos. Ribeiro⁴⁸, inclusive, observa que a marca é o que permite a ciência, transformamos a marca em signo para dar a entender aos outros o que fomos capazes de raciocinar, calcular, computar. Além disso, “nada que conhecemos por meio do raciocínio correto pode ser falso ou duvidoso”⁴⁹. A luz da razão é a lógica, e esta, além de ser fundamento da ciência, é único lugar no qual a verdade pode existir, e a verdade é restrita ao universo daqueles que falam. Isso, ao lado do que foi exposto ao longo do texto, nos conduz a entender a linguagem como fundamento da obra de Hobbes, e, a esse respeito, Limongi (2000) ressalta que pode parecer que esta leitura não respeite a gênese da obra de Hobbes pelo fato de sua teoria da linguagem ser posterior aos princípios da mecânica, mas:

A despeito disso, nada nos impede de afirmar que o desenvolvimento destas últimas [a lógica e a linguagem] abriu margem para que Hobbes pudesse fornecer um fundamento semântico para sua física materialista, ainda que seu desenvolvimento tenha se dado de forma independente delas e ainda que Hobbes, ele mesmo, não tenha expressamente abraçado até o limite este trabalho de fundamentação. Nesse caso, seríamos levados a entender a lógica e a teoria da linguagem hobbesiana como uma fundamentação e justificação tardia e – admitamos de antemão – um tanto incompleta da física. Se não nos parece insensato pensar assim, apesar de todos os poréns, é porque as afirmações hobbesianas de que a ciência e a razão procedem da instituição da linguagem entendida como um artifício, isto é, como uma invenção humana, e de que toda verdade estabelecida pela ciência remonta a definições bem instituídas, postas como princípios de um cálculo acerca da aplicabilidade dos nomes às coisas, trazem embutidas a necessidade de um resgate lógico das teses materialistas que foram adiantadas na ordem genética da obra a título de evidências primordiais, a fim de que estas possam fornecer seu atestado de racionalidade. Sendo a razão um cálculo com nomes, espera-se da filosofia hobbesiana que ela nos indique não apenas como as operações da linguagem serão capazes de abrir o campo das ciências (o da explicação pelas causas) como também de fundar suas evidências⁵⁰.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 11.

⁴⁸ RIBEIRO, R. J. *O letrado e o guerreiro: ou dois ensaios sobre o âmago terrível da linguagem*.

⁴⁹ HOBBS, T. *Elementos de Filosofia - Primeira Seção - Sobre o Corpo. Parte I - Computação ou Lógica*, p. 13-14.

⁵⁰ LIMONGI, M. I. *A semântica do materialismo de Hobbes*, p. 113.

Ainda que aceitemos, como Limongi, que a linguagem fundamenta a obra hobbesiana, nos é importante ressaltar que na “linguagem não está o mundo, mas um mundo dado à imaginação, o qual se quer comunicar, dar a significar aos outros”⁵¹. Além disso, Hobbes⁵² afirma que os *signos* ou os *nomes* são registros de nossas concepções, não das coisas mesmas. O que pode ser visto por exemplo com a palavra *nada* que têm fins apenas teóricos, e, portanto, humanos. O que nos leva a acreditar que “a linguagem significa e comunica os conteúdos mentais do falante e não as coisas mesmas, isto é, objetos ou realidades que desde o princípio são comuns à comunidade dos falantes”⁵³.

Mesmo que os falantes marquem as coisas mesmas, essas marcas feitas são a partir de movimentos aparentes, do que entendemos como as pressões dos objetos exteriores sobre o homem. Isso só pode ser entendido e ser verdadeiro no âmbito da linguagem, que opera em um mundo distinto. A linguagem, vista deste modo, parece ser condição de possibilidade para que o homem entenda a natureza mesmo que a partir de uma teoria mecânica; mas, por outro lado a mecânica e o materialismo, vistos dessa forma, existem apenas no universo dos falantes. A partir disso podemos inferir que todas as noções causais registradas e universalizadas pelas palavras existem apenas no mundo dado à imaginação dos indivíduos?

Algumas considerações acerca de palavras abstratas e de falácias são dignas de nossa atenção em relação ao objetivo do texto. O autor de Malmesbury afirma que as palavras podem sofrer abstrações (engendradas pelos nomes concretos) a partir do que eles significam; por exemplo, quando partimos de *Sócrates*, que contém a noção de humano, esta palavra pode ser aplicada tanto a *Sócrates*, quanto para qualquer humano. Este nome já possui, por poder ser atribuído a muitos indivíduos ao mesmo tempo, e por existirem apenas em nossas concepções, certa universalidade; mas quando nos direcionamos para a noção de humanidade, podemos ver uma palavra que “nasceu” em consequência de outra (da palavra “humano”).

Sobre uma falácia, vale a pena ressaltar que, segundo Hobbes, ela parece ser aquilo que não conseguimos ver a série de consequências que as premissas admitem; o

⁵¹ LIMONGI, M. I. *A Vontade como Princípio do Direito em Hobbes*, p. 99.

⁵² HOBBS, T. *Elementos de Filosofia - Primeira Seção - Sobre o Corpo. Parte I - Computação ou Lógica*.

⁵³ LIMONGI, M. I. *A Vontade como Princípio do Direito em Hobbes*, p. 99.

autor de Malmesbury dá o seguinte exemplo “A mão está tocando a pena, A pena está tocando o papel, Portanto, A mão está tocando o papel”⁵⁴, podemos ver que da dedução da segunda premissa para a conclusão ocorre um quarto termo que não fazia parte das premissas anteriores. Algumas tensões começam a aparecer quando tomamos a linguagem como o alicerce da obra hobbesiana. Ao que foi exposto, como poderíamos explicar algumas afirmações postas por Hobbes, como por exemplo: a existência de uma causalidade necessária que permeia todos os eventos tornando-os predeterminado? Que tipo de cálculo nosso autor nos indicaria ser necessário fazer para chegar a tais consequências?⁵⁵

Hobbes, se nos é lícito afirmar, parece admitir que a natureza, ela própria, não oferece a conexão entre a causa e o efeito à razão, é necessário que exista uma imposição feita a partir da linguagem. Os conteúdos apresentados à mente repetidamente, a sucessão de fatos experienciados diversas vezes, faz com que a *prudência* espere que a mesma sucessão ocorra novamente; mas na natureza não é possível encontrar nenhum fundamento que ligue os eventos que ocorrem e repetem. O homem, levado pela necessidade de conectar dois fatos que se seguem diversas vezes na “mecânica da natureza”, utiliza a linguagem, que registra a sucessão de fatos, para engendrar a noção de causalidade e de verdade, possibilitando dessa forma um conhecimento científico. E a verdade só existe, como vimos anteriormente, no universo daqueles que falam.

Mas, por outro lado, a mecânica da natureza funciona apresentando a sucessão dos fatos, a causalidade da linguagem conecta uma causa a um efeito dando força à noção mecânica, pois contém registros do que foi experienciado na natureza e cálculos que são condição de possibilidade para a ciência em Hobbes. O que cabe a questão: a

⁵⁴ HOBBS, T. *Elementos de Filosofia - Primeira Seção - Sobre o Corpo. Parte I - Computação ou Lógica*, p. 50.

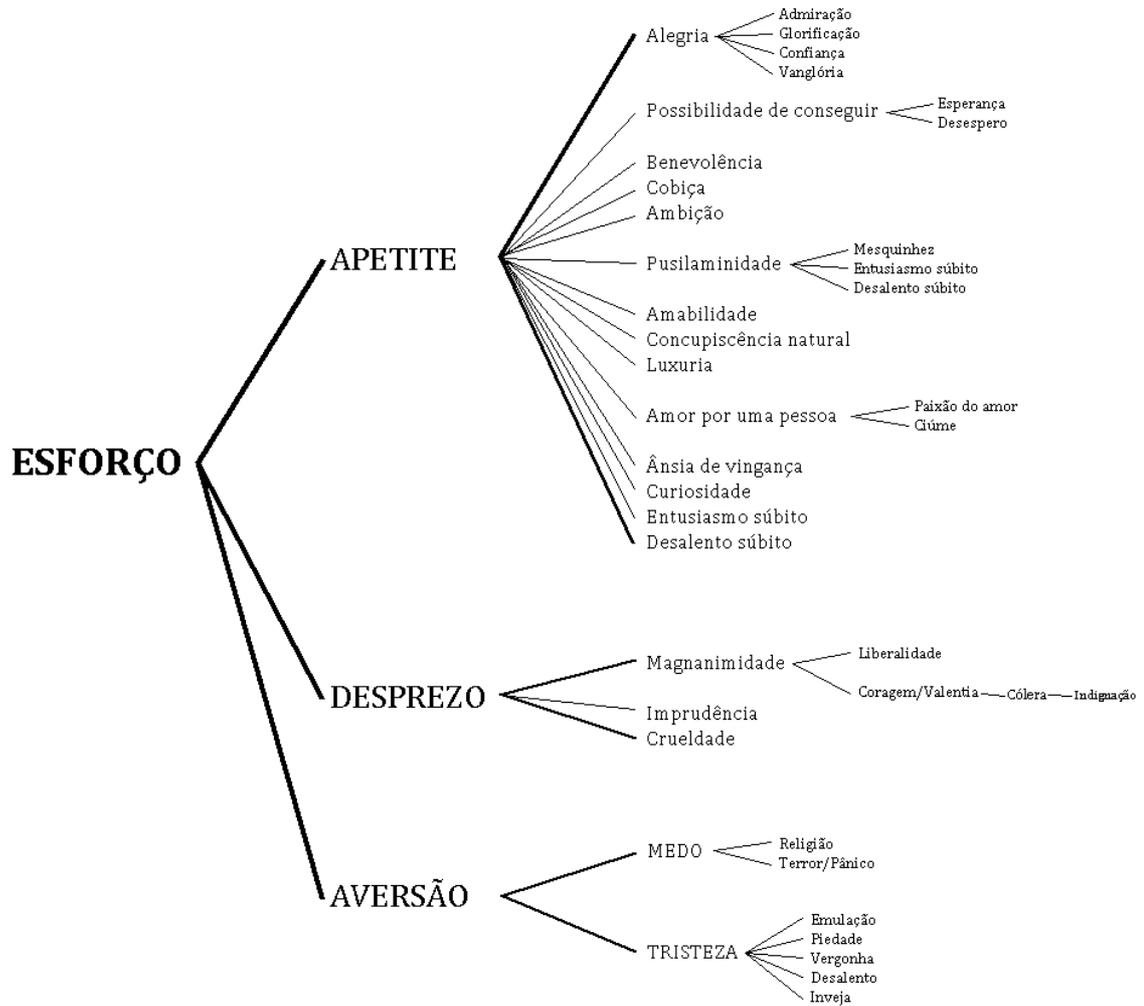
⁵⁵ Lisboa mostra, a partir da linguagem hobbesiana, que se toda proposição (seja ela negativa ou afirmativa) como por exemplo no caso de “*choverá amanhã*” e “*não choverá amanhã*”, que são contraditórias, são determinadamente verdadeiras, pois o que de fato irá acontecer já está dado; isso se deve ao fato de um enunciado implicar a realização do que descreve. Nesse sentido, o comentador questiona como um homem pode ser o agente em um mundo no qual tudo já está dado, e só é capaz de apontar para a aporia. De um lado podemos ter afirmações que conduzam ao determinismo e do outro a ação humana em efetividade. A teleologia do mundo natural, para Lisboa, torna-se inconcebível quando partimos de uma causa eficiente, e suspendemos a distinção entre necessidade e necessidade hipotética, tal como, segundo Lisboa, faz Hobbes.

mecânica existe apenas como um facilitador dos cálculos mentais? Não saberíamos responder.

A linguagem, sendo apenas conteúdos mentais dos falantes, e a verdade, a causalidade, existindo apenas nas palavras bem impostas, parecem apresentarem-se apenas como um aparato útil *aos cálculos mentais* humanos, possibilitando e facilitando a ciência e o engajamento social, por exemplo. Mas na natureza, a partir das evidências empíricas, Hobbes não torna claro que seja possível inferir noções de causalidades; o que parece sugerir que elas apenas existem na natureza humana, em um mundo que não é o natural, mas sim imaginado pelos falantes.

As considerações aqui expostas parecem abrir margem para algumas tensões de entender a linguagem como fundamento do sistema hobbesiano. De que forma se sustenta uma mecânica, que teria sua gênese e bom encadeamento, apenas na adequada nomeação de objetos observados⁵⁶? Ou ainda, até que ponto podemos estender a capacidade de verdade oferecida pelas palavras, se estas existem apenas no mundo imaginado pelos falantes? Seria necessário, então, supor que toda a mecânica existe apenas na imaginação dos homens, já que não têm nenhuma observação que a comprove? Imaginaríamos, então, que a mecânica não teria espaço diante das noções da linguagem? Ou, ainda, conjecturaremos que, já que o universo das palavras é restrito ao universo falante, nunca seríamos capazes de ter conclusões verdadeiras sobre a natureza das coisas? Não nos parece fácil conceber respostas a tais tensões que se apresentam a partir das notas supracitadas acerca da linguagem e do mecanicismo. Resolvê-las, ou, pelo menos, levantar notas que ajudem a pensar mais sobre essas tensões exigiria um novo trabalho e novas investigações a respeito da teoria da linguagem em relação às noções mecânicas, e não sendo este o objetivo deste artigo, nos satisfazemos em concluir por aqui e deixar este trabalho para um próximo texto.

⁵⁶ A este respeito conferir *A semântica do materialismo de Hobbes*, de Limongi.



⁵⁷ Árvore das “paixões” com base no capítulo VI do *Leviatã*, autoria nossa.

Referências

FRATESCHI, Y. Filosofia da Natureza e Filosofia Moral em Hobbes. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*. Campinas: série 3, v. 15, n. 1, p. 7-32, 2005.

HOBBS, T. Elementos de Filosofia - Primeira Seção - Sobre o Corpo. Parte I - Computação ou Lógica. Tradução e apresentação de José Oscar de A. Marques. *Clássicos da Filosofia. Cadernos de Tradução 12*. Campinas: p 1-67, 2005.

HOBBS, T. *Leviatã*. Coleção Os Pensadores: Hobbes. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: editora Nova Cultural, 1999.

HOBBS, T. *Leviathan*. Harmondsworth: Penguin, 1968.

LIMONGI, M. I. A Semântica do Materialismo de Hobbes. *Revista Analytica*. Rio de Janeiro: v. 5, nº 1-2, pp. 109-135, 2000.

LIMONGI, M. I. A vontade como princípio do direito em Hobbes. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*. Campinas: série 3, v. 12, n. 1-2, jan.-dez, p. 89-104, 2002.

LIMONGI, M. I. *Hobbes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

LISBOA, W. B. Algumas observações acerca do discurso mental e do discurso verbal em Thomas Hobbes. *Dois Pontos*. Curitiba: v. 3, n. 1, p. 211-225, 2006.

MONTEIRO, J. P. *A ideologia do Leviatã hobbesiano*. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/monteiroleviatahobbesiano.pdf/at_download/file>. Acesso em: 3 setembro 2019.

RIBEIRO, R. J. Glória. In: Novaes, A. (org.) *Sentidos da Paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 107-116.

RIBEIRO, R. J. O letrado e o guerreiro: ou dois ensaios sobre o âmago terrível da linguagem. *Scripta*. Belo Horizonte: v. 5, n. 10, p. 307-320, 1º sem. 2002.